

# “VAI ENTRAR NO LIVRO?” A PARTICIPAÇÃO DAS CRIANÇAS NAS PESQUISAS DE CAMPO E NA CONSTRUÇÃO DE TEXTOS ETNOGRÁFICOS

## “WILL THIS BE IN THE BOOK?” CHILDREN’S PARTICIPATION IN FIELDWORK AND IN THE CONSTRUCTION OF ETHNOGRAPHIC TEXTS

Emilene Leite de Sousa 1  
Flávia Ferreira Pires 2

**Resumo:** Este artigo visa refletir sobre as crianças como protagonistas das pesquisas de campo e co-autoras do texto etnográfico – com seus nomes, suas vozes e suas imagens (sejam seus rostos em fotografias ou os desenhos confeccionados por elas) – apontando caminhos que as reconheçam não apenas como agentes construtores da realidade em que estão inseridas, mas afirmando a importância de sua autoria no texto. Assim, dedicamo-nos a tratar do manejo e publicação dos conteúdos produzidos no campo durante as pesquisas com crianças. Nesse escopo, defendemos que as pesquisas com crianças devem considerar novas possibilidades de ascender metodologicamente às crianças como informantes, o que implica mobilizar novos posicionamentos metodológicos e éticos respeitadores das especificidades de que se reveste a investigação com esse grupo. Escrito a quatro mãos, esta análise estará embasada no material etnográfico construído na experiência de Sousa (2017) com as crianças camponesas Capuxu no Nordeste do Brasil, Estado da Paraíba.

**Palavras-chave:** Crianças. Métodos de pesquisa. Ética. Co-autoria. Textos etnográficos.

**Abstract:** This article aims to reflect on children as protagonists on field research and co-authors of the ethnographic text - with their names, their voices and their images (whether their faces in photographs or drawings made by them) - pointing out ways that recognize them not only as constructing agents of the reality in which they are inserted, but affirming the importance of their authorship in the text. Thus, we are dedicated to dealing with the management and publication of content produced in the field during research with children. In this scope, we argue that research with children should consider new possibilities of methodologically ascending to children as informants, which implies mobilizing new methodological and ethical positions that respect the specificities of research with this group. Written by four hands, this analysis will be based on ethnographic material built on Sousa's (2017) experience with Capuxu peasant children in Northeast Brazil, Paraíba State.

**Keywords:** Children. Research methods. Ethics. Co-authorship. Ethnographic texts.

---

Doutora em Antropologia Social pelo PPGAS/UFSC. Profa. 1  
da Pós-Graduação em Sociologia da UFMA, Líder do Grupo de Pesquisa  
Educação, Cultura e Infância GEI/UFMA/CNPq e pesquisadora do CRIAS/  
UFPB. E-mail: emilenesousa@yahoo.com.br Lattes: [http://lattes.cnpq.  
br/1264293246356564](http://lattes.cnpq.br/1264293246356564). Orcid: <https://orcid.org/0000-0003-2608-6677>.  
E-mail: emilenesousa@yahoo.com.br

Professora. da Pós-Graduação em Sociologia e da Pós-Graduação em 2  
Antropologia, Líder do Grupo de Pesquisa CRIAS/UFPB. Lattes: [http://lattes.  
cnpq.br/6989436256176648](http://lattes.cnpq.br/6989436256176648). Orcid: <https://orcid.org/0000-0003-0572-3542>.  
E-mail: ffp23279@gmail.com

## **Apresentação**

Desde que os Estudos da infância reconheceram a agência das crianças e sua potência em suas culturas e sociedades, agência esta formatada pelas circunstâncias históricas particulares, elas passaram a estar no centro das pesquisas cujo interesse era entender mais sobre a infância e os modos das crianças de ser e estar no mundo. Transformadas em sujeitos das pesquisas e protagonizando diversas etnografias, a antropologia começou a se debater com diversos impasses éticos e metodológicos nas pesquisas com crianças. Especialmente porque, os documentos que regem a ética nas pesquisas<sup>1</sup> tomam com norte as pesquisas quantitativas, tem como referência as ciências da saúde - cujos sujeitos são na verdade pacientes e não interlocutores - e desejam a partir de seus comitês de ética encontrarem projetos cuja proposta metodológica esteja acabada em seus instrumentos e técnicas. Nesse modelo a participação das crianças deve estar rigidamente planejada, o que resulta na ausência de espaço para o processo de construção da pesquisa no par pesquisador/sujeito, característica das Ciências Humanas e especificamente da Antropologia em seu mais notável método: a etnografia.

Assim, as negociações feitas em campo entre pesquisador e sujeitos da pesquisa, sejam eles adultos ou crianças, e o reconhecimento do direito destes de participarem e construírem os dados juntos ao pesquisador não são respeitados. Logo, esses documentos tomam as crianças como seres incapazes e desconhecem a sua potencialidade. Além disso, apesar do reconhecimento da Antropologia da Criança de que estas crianças são atores sociais importantes em suas culturas e tornando-as sujeitos nas pesquisas – mesmo atuando como interlocutoras privilegiadas, elas terminam não sendo co-autoras dos textos que são produtos finais. Isto é, são sujeitos da pesquisa, cujo ponto de vista orienta nossas ações em campo, mas desaparecem nos textos etnográficos, sem terem seus nomes, rostos e vozes realmente levadas em conta.

Diante disso, este artigo visa analisar a constituição das crianças como co-autoras também nos textos etnográficos – com seus nomes, suas vozes e suas imagens - sejam seus rostos em fotografias ou os desenhos confeccionados por elas – apontando caminhos que as reconheçam não apenas como agentes construtores da realidade em que estão inseridas, sem desconsiderar as particularidades de cada caso e a capacidade da etnografia de encontrar soluções em cada um destes casos, mas afirmando a importância de sua autoria no texto. Escrito a quatro mãos, esta análise estará embasada no material etnográfico construído na experiência de Sousa (2017) com as crianças camponesas Capuxu no Nordeste do Brasil, Estado da Paraíba. A pesquisa de Sousa entre os Capuxu ocorre desde 2000, tendo embasado sua dissertação de mestrado e sua tese de doutorado. Aqui, os dados, as fontes e seus diários foram revisitados<sup>2</sup>.

O título deste artigo remete a fala de uma criança Capuxu que, entendendo a tese como um livro, fazia um esforço contínuo para compreender e ajudar a antropóloga a decidir o que faria ou não parte do texto, atuando claramente não apenas como sujeito de sua cultura e protagonista da pesquisa, mas como co-autora do texto.

## **A participação das crianças nas pesquisas: apontamentos teóricos**

Ao tratar da pesquisa com crianças e seus dilemas, Cunha (2017) destaca como os estudos sociais da infância enfatizam a criança como sujeito de direitos, seres competentes que produzem culturas, trazendo à criança para a centralidade dos estudos sempre atentando para a alteridade infantil e a dimensão geracional, além de mencionar o caráter interdisciplinar destas investigações. A autora se dedica aos dilemas éticos nas pesquisas com crianças a partir da tensão entre os direitos de participação e os direitos de proteção. Problematisa-se o uso dos termos de consentimento e assentimento em campo, reforçando a importância do tempo de

---

1 Referimo-nos especialmente a Resolução 196/96, Resolução 466/62, Código de Nuremberga (1974); Declaração de Helsínquia (1964).

2 Sua pesquisa analisa diversos aspectos da infância Capuxu, como o trabalho, a aprendizagem, a ludicidade - trilogia apresentada em sua dissertação (Sousa, 2004) - e a produção da pessoa à luz da fabricação dos corpos das crianças, como apresentado em sua tese (Sousa, 2017).

permanência no campo para a construção das relações de confiança, da utilização de linguagens artísticas que são do universo das crianças e defendendo a etnografia como o método mais adequado à pesquisa com crianças. A autora avalia como as pesquisas com crianças devem ter um caráter de abertura não podendo ser planejadas de modo fechado, estabelecido *a priori*. Segundo ela, devemos considerar os níveis de vulnerabilidade das crianças na coleta, uso, análise e divulgação dos dados. As crianças devem ser informadas sobre a pesquisa e sua participação deve ser planejada, elas apontando os caminhos a serem trilhados. Considerando que crianças pequenas nem sempre se expressam por meio das falas a autora sugere o uso de filmes ou desenhos como instrumentos de pesquisa.

Barbosa (2014) destaca que no Brasil, onde as crianças são consideradas vulneráveis, as pesquisas dependem de aprovação prévia nos comitês de ética. Isso torna tensa a relação entre os projetos de pesquisa antropológicos com crianças e a legislação, uma vez que esta se equivoca em três aspectos: a) considera as crianças como vulneráveis esquecendo da participação e protagonismo delas; b) se contrapõem ao método etnográfico já que exige uma metodologia definida antes da entrada em campo – esta discussão tem a ver com o conceito de ciência; c) restringe a captação e divulgação de imagens e de produtos realizados por crianças – quando nós antropólogas queremos garantir a participação das crianças e dar-lhes o direito de publicar suas imagens, seus nomes e suas contribuições intelectuais. Assim, para a autora, devemos exigir dos comitês de ética uma imagem mais contemporânea dessas crianças, como sujeitos de direitos com protagonismo e ação social. Precisamos garantir pesquisas com crianças com caráter ético, mas que não impeçam a pesquisa etnográfica ou participativa, ou que excluam a cidadania do pesquisado ou o protagonismo das populações infantis. Se nos interessa dar visibilidade as crianças, reconhecer sua participação e autoria, como o faremos em relação a garantia do anonimato?

Ao tratar sobre a visão da ciência presente nos comitês de ética, Barbosa (idem) destaca a hegemonia das pesquisas quantitativas e experimentais. Tais comitês exigem metodologias definidas antes da entrada em campo, com instrumentos avaliados com antecedência, roteiros de entrevistas ou de observação, população pré-definida e etc. Essa concepção restrita de ciência não atenta para o fato de que os dados são fabricados, devendo a sua produção ser repensada e adaptada a cada situação em campo através de negociações constantes entre o pesquisador e as crianças. *Researchers need therefore, not to adopt different methods per se, but to adopt practices that resonate with children's own concerns and routines* (CHRISTENSEN & JAMES, 2008, p. 8).

Por fim, Barbosa (2014) destaca que temos buscado uma ética que proteja as crianças, mas que ao mesmo tempo as considere como sujeitos de direitos, com possibilidade de autoria e participação, que garanta a sua proteção quando necessário, mas não exclua a sua potência (BARBOSA, 2014). Como faremos isso?

Francisco e Bittencourt (s/d) analisam a participação das crianças nas pesquisas tomando como ponto de partida a Resolução 196/96 que foi atualizada e modificada pela Resolução 466/12. Esta última apresenta o Termo de Assentimento como importante aliado dos pesquisadores para protegerem a si mesmos, enquanto a 196/96 continha quatro princípios norteadores: autonomia, beneficência, não-maleficência e justiça. A ênfase deste documento estava, dentre outras coisas, na não coerção à participação das crianças na pesquisa. Diante disto, os autores perguntam: qual o lugar das crianças em pesquisas em ciências humanas? Como consideramos que as crianças são capazes de entender os objetivos de uma pesquisa e participar dela, mas que não tem condições de decidir sobre a sua participação? (FRANCISCO & BITTENCOURT, s/d). A contradição inerente aos documentos acima citados perpassa a noção de autonomia, tão cara a antropologia da criança, para quem a criança é capaz de entender e responder por si mesma. Nunca é demais lembrar o terceiro ponto do paradigma dos Childhood Studies (JAMES; PROUT, 1990, p. 8, tradução nossa): *As relações sociais das crianças são válidas como objeto de estudo em si mesmas, independentemente da perspectiva e das preocupações dos adultos.*

As crianças não são sujeitos sobre as quais produzimos pesquisa, mas que produzem pesquisa conosco (FRANCISCO & BITTENCOURT, s/d). Precisamos esclarecer que as pesquisas qualitativas são tecidas por relações tramadas entre pesquisador e pesquisado, sendo efetiva-

das em um espaço relacional no qual o pesquisador está implicado. A relação não é, portanto, de obtenção de dados, mas de construção de dados e de realidades. Essa compreensão por parte dos comitês de ética e dos documentos que os regulam os ajudaria a entender a diferença entre pesquisa *em* seres humanos, pesquisa *com* seres humanos, pesquisa *para* seres humanos. Com base nisso é que os autores afirmam que a ideia de vulnerabilidade oblitera a cidadania e os direitos de participação. A realidade é que em boa parte das pesquisas antropológicas as crianças fazem parte do processo de qualquer maneira, simplesmente pelo fato de “estarem lá”, recebendo o pesquisador em suas comunidades, servindo-lhe de guias, levando recados, fazendo mandados a pedido de seus pais que auxiliam o pesquisador, mas apesar desta participação, muitas vezes elas são silenciadas.

A questão está em como conceder as crianças uma visibilidade responsável. Para isso pegamo-nos entre dilemas do tipo: citar ou não os nomes dos participantes? Temos mesmo que escolher entre o respeito ao princípio do sigilo e da privacidade e a inviabilidade do processo de escrita que preza pelo nome e por assumir a identidade dos sujeitos da pesquisa? (FRANCISCO & BITTENCOURT, s/d). Até mesmo os modos de solicitar consentimento são pensados por adultos num padrão adultocêntrico, são feitos por escrito, exigem assinaturas e, no mais das vezes, uma compreensão de diretos. Além do mais, estes termos não respeitam as condições das crianças e a diversidade da categoria, pois há uma diferença enorme entre fazer pesquisa com crianças de dois anos ou de doze anos (FRANCISCO & BITTENCOURT, s/d). Os autores defendem a obtenção do termo de assentimento em um processo contínuo e criativo, que deveria considerar o respeito o diálogo, a confiança e a paciência construídos na relação que se estabelece entre os sujeitos envolvidos na pesquisa.

Em recente texto sobre questões metodológicas em pesquisas etnográficas, Pires & Santos (2019) tratam da combinação de diversas técnicas que podem ser aliadas à etnografia e apresentam o grupo focal como uma delas, especialmente em pesquisas com curta imersão em campo ou com restrições orçamentárias. Assim, as autoras discutem o processo de pesquisa realizado em 2011 e 2018 em João Pessoa e Catingueira, ambas na Paraíba, com temas relacionados ao Programa Bolsa Família. Neste processo, reconhecendo as crianças como agentes da pesquisa, com relativa autonomia, as pesquisadoras optaram por explicar primeiro às crianças os objetivos da pesquisa, depois produzir convites para as crianças selecionadas e, junto destes convites, uma solicitação de autorização de seus pais. Esta dinâmica fez com que as crianças se sentissem importantes por escolherem se queriam comparecer ou não, já que foram convidadas, assumindo o seu protagonismo na pesquisa. Em João Pessoa as pesquisadoras entregaram as crianças um termo de livre consentimento de participação em linguagem clara e simples a ser preenchido por elas. Logo, estas crianças também assumiram o seu lugar de protagonistas da pesquisa e cujo desejo de participação ou autorização dependia, antes de tudo, delas mesmas.

Fernandes (2016) se dedica a pensar as questões de poder entre adultos e crianças argumentando que a discussão sobre ética na pesquisa com crianças está atravessada pelo binário adulto/criança. Assim retoma Foucault para quem “o poder não existe o que existe são relações de poder” (FERNANDES, 2016, p. 770). Para a autora as hierarquias protocolares contribuem para a invisibilidade das crianças nas pesquisas. Mencionando o Código de Nuremberg (1974) e a Declaração de Helsínquia (1964) Fernandes afirma que estes documentos possuem limitações quando aplicados a situações concretas de pesquisa com crianças. Isso se dá pelo fato de que eles fazem apelos às ciências médicas e cuidados éticos com sujeitos submetidos a tratamentos médicos, sendo omissos às ciências humanas e às crianças.

Já Kramer (2002) se dedicou a análise de três elementos caros à pesquisa com crianças: a) a utilização dos nomes das crianças; b) a utilização das imagens; c) a devolução dos achados da pesquisa. O interessante texto de Kramer, construído a partir de sua vasta experiência de orientações de dissertações e teses, se debruça sobre as mais recorrentes formas de se lidar com as questões éticas na pesquisa com crianças. Ao tratar do impasse de utilizar ou não os nomes reais das crianças nas pesquisas, a autora demonstra os modos distintos com que seus orientandos resolveram (ou evitaram) tais problemas: usando números para identificar as crianças, as iniciais dos nomes reais, nomes fictícios atribuídos pelo próprio pesquisador, utili-

zar apenas as três primeiras letras dos nomes fictícios, etc.. Conforme Kramer observa, todas estas soluções desconsideram a identidade de nossos sujeitos de pesquisa – sejam adultos ou crianças -, um anonimato que lhe parece incoerente com o referencial teórico destas mesmas pesquisas, assentadas, em geral, nos estudos da criança que defende a atuação das crianças em campo.

Os trabalhos analisados por Kramer (2002) – com exceção de um cuja autora optou por utilizar o primeiro nome real das crianças, omitindo os sobrenomes e a escola onde a pesquisa se realizara - apresentam recorrentemente o mesmo problema: o anonimato das crianças. Elas não têm uma identidade na pesquisa, esta “que os considerou como sujeitos e supostamente pretendeu ouvir sua voz” (KRAMER, 2002, p.50). Considerados autores pelo marco teórico que orientou a pesquisa, tiveram sua autoria negada, viraram anônimas como o são nas ruas ou nas instituições totais (*Ibidem*). Diante disto, Kramer pergunta se estas crianças que defendemos como sujeitos da cultura, da história e do conhecimento, são sujeitos da pesquisa. No final das contas, elas estão ausentes, não podem se reconhecer no texto que é escrito sobre (ou com) elas e suas histórias, não aparecem como co-autoras. Kramer (2002) avalia que, como o nome, os rostos e as ações constituem os sujeitos. Por isso, sugerimos que estas crianças tomadas como sujeitos de pesquisa perderão o estatuto de sujeitos se tiverem seus nomes, seus rostos e suas vozes omitidas. Quando se sugere que as pessoas fotografadas sejam consultadas e que delas se solicite autorização, lembramos que, no caso das crianças, quem assina e autoriza são os adultos. Ora, seriam ainda consideradas sujeitos da pesquisa? Estas a quem rostos, vozes e nomes não são autorizados a serem publicizados por elas mesmas? É preciso resolver o impasse entre autoria, autorização, autoridade e autonomia. Conforme Kramer, “encontrar alternativas de natureza ética condizentes com a concepção de infância que nos orienta” (Kramer, 2002, p.53).

Alderson (2005) constrói o seu texto a partir de dois argumentos que obliteravam a participação das crianças nas pesquisas: a) a crença de que dados obtidos com crianças não são confiáveis; b) a ideia de que crianças não deveriam participar das pesquisas dado a sua vulnerabilidade e a possibilidade de serem exploradas pelos pesquisadores. Ignorava-se, assim, a capacidade das crianças de produzirem conhecimento a cerca de si e sua ação social. A autora afirma que “reconhecer as crianças como sujeitos em vez de objetos de pesquisa acarreta aceitar que elas podem ‘falar’ em seu próprio direito e relatar visões e experiências válidas” (ALDERSON, 2005, p. 423). Alderson afirma que “*vê as crianças como co-produtoras de dados durante as pesquisas realizadas com elas*” (*Ibidem*, p. 420), o que nos faz acrescentar a possibilidade não evidente, mas latente - de que sejam também co-produtoras dos textos que resultam destes dados através delas obtidos.

Silva (2018) pesquisando crianças em Catingueira, uma cidade sertaneja da Paraíba, afirma não desprezar os elementos preconizados pelos comitês de ética, mas sempre tomando em consideração as exigências impostas pelo seu campo de pesquisa. Perguntamo-nos, inspiradas em Silva, até que ponto conseguimos equilibrar as exigências de tais comitês às exigências de nossos sujeitos. Silva (*Ibidem*) diferencia as pesquisas *experimentais* das *experienciais* para demonstrar que nas pesquisas etnográficas os sujeitos não são manipuláveis, pelo contrário, podem recusar a participação e, além disso, confrontar o pesquisador invertendo a lógica da vulnerabilidade.

Como consequência da diferença entre pesquisas *em* e pesquisas *com* seres humanos, não podemos esquecer que os interlocutores – todos eles, inclusive as crianças - contra-argumentam, discordam, se defendem, complexificam ou simplificam o que o pesquisador investiga. Negociam, sovinam, secretam e forjam realidades e informações e manipulam as relações com o pesquisador. Um interessante exemplo nos é dado no texto de Fernandes (2016) que transcreve um diálogo bem humorado e revelador do protagonismo infantil.

Para rematar, deixamos a transcrição de um episódio revelador, em nossa opinião, da maturidade (in)esperada da criança, 7 que em processos de pesquisa poderá interpelar o adulto investigador em suas supostas (in)competências:

– Que cena, esta pergunta: se nós queremos! Não queres que

a gente te diga que não, pois não?

– Tu é que decides se queres participar no estudo, és tu quem escolhes. Eu só te estou a perguntar se realmente queres participar ou não, e se quiseres podes sempre optar por desistir no decorrer do processo!

– Eu não disse que não queria!

– Mas disseste que eu não ia gostar se vocês optassem por não participarem, não foi?

– Foi, mas esquece! Claro que quero participar! Vais dar alguma coisa depois a nós?

– [...]

– Tá bem! Eu tava na tanga contigo! Vá! Ainda por cima quem manda sou eu!

(SANTOS, 2011 apud FERNANDES, 2016, p. 775)

Para Silva (2018) somos nós quem dependemos das crianças, inclusive de sua aceitação. O campo se impõe como regulador. Ademais, determinadas situações na pesquisa de natureza etnográfica podem ser tão informais que proceder com as estratégias esperadas pelos comitês de ética pode parecer estranho. Como pedir que alguém assine um papel para uma conversa durante um banho no rio? Isso pode ser considerado uma entrevista? Enquanto os comitês esperam que eles assinem papéis para que não haja constrangimento, fazê-los assinar um papel pode ser a situação mais constrangedora em que a pesquisa pode incorrer, pois a depender do lugar onde a pesquisa se desenvolve, as pessoas têm mais medo da palavra escrita do que da palavra dita. Silva (2018) afirma ter feito pesquisa nas ruas e por isso ter ficado desprotegido de qualquer institucionalidade oficial, o que ele chama de “ética em movimento” (*Ibidem*, p. 655). Assim, ele destaca o modelo de ética hegemônico que a academia impõe. Aqueles termos de assentimento e consentimento, protocolados em comitês, assinados e institucionalizados, cujo respeito por parte do pesquisador não está assegurado. Por isso, o autor alega que talvez não seja o melhor caminho atrelar a pesquisa a um comitê de ética distante e alheio à realidade da pesquisa qualitativa.

Neste artigo afirmamos a necessidade de expandir as participações das crianças no campo ou no cotidiano da pesquisa, para as páginas do texto, para além de suas dedicatórias e agradecimentos pontuais, mas marcar estas páginas com a força de seu cotidiano e com a sonoridade típica de suas diversas vozes, sem que elas precisem se esconder sob pseudônimos e borrões faciais, reais ou simbólicos.

Todavia, não ignoramos o fato de que em determinadas situações os direitos de proteção se sobrepõem aos direitos de participação. São mais delicados os casos das crianças abrigadas, em orfanatos, casas de passagem ou de acolhimento, em transição de identidades sexuais ou em conflito com suas construções de gênero e muitas outras possibilidades de pesquisa. Existem situações em que as crianças não devem e não podem ser identificadas, sob o risco de que o antropólogo incorra em crime respondendo judicialmente. Há contextos de pesquisa que não só permitem o uso de fotos, desenhos e nomes reais como favorecem isso, este é o caso dos dados trabalhados por Sousa (2004, 2017) entre as crianças Capuxu, como veremos adiante.

Uma situação pela qual passou Maristela Guedes (2005) nos faz refletir sobre os usos das fotografias em circunstâncias que nem nos parecem tão delicadas como as mencionadas acima, em que a imagem das crianças devem obrigatoriamente ser preservadas, mas que colocou a então jornalista – hoje antropóloga – em situação complicada. Guedes, que assinava no jornal O Dia como Stela Caputo, publicou em 1992 uma reportagem sobre os chamados “netos-de-santos”, as crianças que atuavam nos Terreiros de candomblé da Baixada no Rio. A reportagem de Caputo estava recheada de fotografias de crianças atuando no Terreiro. Ocor-

reu que, como os direitos de texto e fotografia não pertencem aos jornalistas, mas ao jornal, a Agência O Dia vendeu as fotografias da reportagem de Caputo para a Editora Gráfica Universal da Igreja Universal do Reino de Deus, que as utilizou como capa do Jornal Folha Universal sob o título “Filhos do Demônio”. Milhares de cópias do folhetim foram espalhadas pela baixada e outras regiões do estado do Rio. Três anos depois o Bispo Edir Macedo publicou o livro *Orixás, Caboclos e Guias: deuses ou demônios?*, com tiragem de 50.000 exemplares voltavam a aparecer as fotos feitas por Caputo das crianças no Terreiro, com a legenda: “*Essas crianças, por terem sido envolvidas com os orixás, certamente não terão boas notas na escola e serão filhos problemas na adolescência*” (GUEDES, 2005). Ao voltar ao terreiro com o intuito de analisar a participação das crianças como objeto de estudo, Guedes conta que as crianças relatavam o preconceito e a discriminação pelas quais passaram desde tais publicações. Por sorte, a relação de transparência, confiança e ética que Guedes tinha construído com o campo não ruiu, apesar do ocorrido. A experiência de Guedes nos remete a análise de Kramer (2002) sobre os usos da fotografia e seus riscos.

### **A participação das crianças nos textos etnográficos: ou a história contada em outro lugar**

As crianças têm se tornado cada vez mais, sujeitos das pesquisas antropológicas, não apenas sendo incluídas em categorias como família ou comunidade, ou como guias, mensageiros e os primeiros a receberem e se interessarem pelo antropólogo em campo, mas como protagonistas, atores importantes para que o pesquisador possa compreender uma realidade. No entanto, falta um longo caminho para que estas mesmas crianças, que aparecem pelos caminhos etnográficos nas situações mais inusitadas de pesquisa, possam aparecer nos textos, sendo reconhecidas em seus esforços e contribuições intelectuais para os empreendimentos etnográficos concluídos. Ou seja, além de atores que devem ser reconhecidos, e cujo reconhecimento tem crescido na antropologia, as crianças precisam ser reconhecidas nos textos etnográficos, como co-autoras, cuja contribuição é substancial para a produção da etnografia. Os textos sobre ética na pesquisa com crianças argumentam sobre considerarmos a participação das crianças em campo, com os devidos cuidados, se atendo aos termos de consentimento, termos de assentimento, uso de imagens e às demais exigências dos comitês de ética. Mas pouco se diz sobre como, uma vez concluída a pesquisa, as crianças aparecerão nos textos finais. Quando o fazem é para lembrar que seus nomes, seus rostos, seus desenhos precisam ser resguardados de exposições indevidas.

Logo, há um abismo entre a participação das crianças em campo e a participação delas nos textos finais das pesquisas. Já que, de modo geral

o pesquisador se esforça, assim, para estabelecer um diálogo com a (ou as) criança(s) em seu trabalho de campo e se esforça também para, na escrita do texto, mediar outros diálogos, entre os sentidos apresentados pelas crianças e aqueles provenientes da cultura adulta, seus e de seus leitores (PRADO e FREITAS, 2018).

Estamos, pois, atentando para um nível de participação das crianças ainda maior do que se tem defendido comumente, para além de pensar que as crianças devem ser protagonistas nas pesquisas, defendemos que este protagonismo ou esta atuação, deve estar explícita nos textos etnográficos. Ao mesmo tempo em que percebemos que esta discussão não se restringe as crianças apenas, mas é um impasse colocado de modo geral para a própria antropologia, sobre como incluir os nossos interlocutores, de forma respeitosa e ética, sem que, ao mesmo tempo, eles desapareçam no texto.

Os esforços de James Clifford (1998) em demonstrar como a noção de autoridade etnográfica foi construída historicamente e como ela tem se transformado pode nos ajudar a pensar sobre a inserção das crianças – e dos nossos interlocutores em geral – nos textos. Ele

parte do modo clássico como o autor se colocava presente no texto, como ele legitimava um discurso sobre a realidade revelado no “eu estive lá”, que teria na antropologia malinowskiana seu maior representante. Após Malinowski a etnografia cria estratégias específicas de autoridade, em que o autor traduz para o leitor a sua experiência em texto: “Se a etnografia produz interpretações culturais através de intensas experiências de pesquisa, como uma experiência incontrollável se transforma num relato escrito e legítimo?” questiona-se Clifford (1998, p.21). A resposta está na criação da etnografia, cuja descrição estaria baseada na observação participante. Este gênero, que mobiliza uma ampla variedade de interações, concede uma distinta primazia ao visual: a interpretação dependia da descrição (CLIFFORD, 1998, p.29).

A partir disso, Clifford (*Ibidem*) se dedica a análise dos modos de autoridade etnográfica existentes desde a origem da antropologia, classificando-os como experiencial, interpretativo, dialógico e polifônico e demonstra como os dois primeiros estão cedendo lugar aos dois últimos. O modelo clássico de autoridade inaugurado por Malinowski é o experiencial, que demonstra a produtividade de uma experiência de campo unindo “o leitor e o nativo numa participação textual” (CLIFFORD, 1998, p.32). Ela se faz através de um processo que cria a ideia da etnografia como portadora de uma verdade. No que diz respeito a autoridade interpretativa, Clifford não acredita que se possa ver a cultura como um conjunto de textos, “‘a textualização’ é entendida como pré-requisito para a interpretação. Assim, o discurso se transforma num texto” (CLIFFORD, 1998, p.39). Porém, para o autor, não se interpreta um discurso tal qual se lê um texto. “A interpretação não é uma interlocução. Ela não depende de estar na presença de alguém que fala” (CLIFFORD, 1998, p.40). “[...] em última análise, o etnógrafo sempre vai embora, levando com ele textos para posterior interpretação”, pois “o texto, diferentemente do discurso, pode viajar. Se muito da escrita etnográfica é feita no campo, a real elaboração de uma etnografia é feita em outro lugar” (CLIFFORD, 1998, p.40-41). Esta afirmação revela o divórcio entre os sujeitos da pesquisa e os textos, ou dito de outro modo, entre os sujeitos e a sua própria produção da realidade que passa a ser contada ou narrada pelo etnógrafo à distância ou “em outro lugar”. Certamente, a distância que se coloca entre os sujeitos e os dados produzidos fica evidente nos textos, especialmente se estes sujeitos são crianças, e os documentos reguladores dos comitês de ética estabelecem que elas não podem e não devem ser identificadas e reconhecidas nestes textos construídos a partir de dados que elas mesmo forjaram junto aos antropólogos.

Para Clifford, o modo de autoridade dialógico entende a etnografia como resultado de uma negociação construtiva envolvendo pelo menos dois, e muitas vezes, mais sujeitos. Já o modo de autoridade polifônico, que rompe com as etnografias que pretendem conter uma única voz (a do etnógrafo) propõe a “produção colaborativa do conhecimento etnográfico, citar informantes extensa e regularmente” (CLIFFORD, 1998, p.54). É assim que a antropologia moderna tenta pôr os informantes como construtores ativos dessa realidade, rompendo com o poder absoluto do etnógrafo baseado na sua observação pessoal. Assim, sugerimos abandonar o modelo interpretativo de autoridade e assumir os modos dialógicos e polifônicos, reconhecendo as crianças – mas não apenas elas - como co-autoras não somente dos dados produzidos na pesquisa, mas dos textos. Ouvindo suas vozes (uma vez que não se trata de dar a voz, uma vez que elas falam, mas muitas vezes os adultos não escutam, como afirma James (2019), citando-as extensa e regularmente e sobretudo, incorporando-as no *design* da pesquisa no que diz respeito a elaboração, metodologia, execução e análise de dados.

Paula (2012) escreveu sobre o processo de negociação da produção do texto final da sua pesquisa de mestrado com as crianças participantes - de cinco a sete anos. Sua pesquisa analisava os usos sociais que as crianças faziam da mídia na vida cotidiana em uma escola de Belo Horizonte. Para isso, Paula realizou entrevistas, solicitou que as crianças fizessem desenhos e retirou fotografias das várias etapas. Finalizado o processo ela levou às crianças o resultado final: sua dissertação encadernada. Ao longo da pesquisa as crianças sempre indagavam sobre quem iria ouvi-las, para quem as fotos estavam sendo tiradas, quem veria e ouviria as gravações. Paula (2012) explicava que levaria para o Rio de Janeiro para que outras pessoas entendessem o que as crianças pensavam e faziam. Em alguns momentos, uma de suas interlocutoras afirmou: “quando você levar para o Rio, leve também a minha foto, assim vai ficar mais



fácil para as pessoas entenderem o que eu estou falando” (Paula, 2012, p. 227). Ao chegar com a dissertação em campo, a autora narra a euforia das crianças, curiosas e ansiosas para verem o que chamavam de “livro da pesquisa”, mas foi só iniciar as apresentações que as reações das crianças foram de reprovação. Vejamos um dos diálogos que se estabelece entre a autora, denominada no fragmento de Esperança, e algumas das crianças desapontadas:

**Alice:** Não tem as nossas fotos?

**Luciana:** Como as pessoas vão saber que é a gente?

**Esperança:** Não tem as fotos. Mas tem os desenhos com o nome de vocês, é como se fosse uma foto.

**Alice:** Então você fala que é a gente. Pras pessoas saberem direito.

**Esperança:** Mas eu falo, quer ver. (Faço leitura de parte da dissertação que descreve a identificação das crianças).

**Lorena:** Eu quero que ponha a minha foto. (Todos ficam em silêncio).

**Elisa:** você tem que colocar a foto da gente, senão o livro não é da pesquisa.

**Yuri:** E também pra que você tirou as fotos certinhas? O que vai fazer com elas? (Silêncio). (PAULA, 2012, p. 231-233; grifos da autora).

As crianças que protagonizaram a pesquisa de Paula se sentiam donas da pesquisa, demandavam a autenticidade dos desenhos e das fotos, cobravam o respeito às suas identidades e o reconhecimento de suas produções. Os olhares de decepção e reprovação para a dissertação de Paula demonstravam como elas estavam em desacordo pela forma como a história estava sendo contada. Ou seja, não adianta tornar as crianças co-produtoras de conteúdos conosco se elas não manipularão a forma destes conteúdos no final. E qual a importância de determinado conteúdo produzido junto a elas se modificamos a forma como ele se apresenta? Diante disso, Paula (2012) ponderou sobre a necessidade de apresentarmos às crianças aquilo que julgamos ser uma síntese, ainda que provisória, da pesquisa feita com elas. Em outro momento a autora narra mais um diálogo sobre o texto da pesquisa com os seus interlocutores:

**Yuri:** Você tem que aumentar o desenho, eu não desenhei assim.

**Esperança:** Assim como?

**Yuri:** Pequeno. – Tá muito pequeno. Tem que aumentar.

**Esperança:** Mas eu tive que colocar pequeno para poder escrever o que aprendi com os desenhos.

**Yuri:** A gente deixa você tirar o escrito.

(Paula, 2012, p. 233; grifos da autora)

Estas situações revelavam para Paula que “o autor do texto da pesquisa, nos moldes acadêmicos, é o pesquisador. Ao dar forma acadêmica ao texto, deixa sua marca de autoria e escolhe possíveis leitores” (*Ibidem*, p. 234). Assim, Paula teve que, junto às crianças construir um *Livro da Pesquisa* a partir daquilo que as crianças apontavam como importante, sendo norteada pelas suas demandas. Neste sentido, para elas, os desenhos e as fotos eram os elementos mais importantes da produção. A delicada situação em que Paula se encontrou demonstra a dificuldade de tomar as crianças como co-autoras de produtos que, possivelmente, para elas

não seriam fiéis ao que ocorreu em campo. Ora, se nós já sabemos quem faz os textos etnográficos devemos começar a pensar para quem fazemos. E assim, como tornar as crianças co-autoras de textos com padrões do e para o universo adulto?

Em artigo recentemente traduzido para o português, Allison James (2019) argumenta que apesar das pesquisas com crianças terem cada vez mais permitido que elas falem como observadoras-participantes sobre suas experiências de mundo, isso não é garantia de que as vozes e as visões das crianças sejam ouvidas. Isso porque, esclarece James, *“dar voz às crianças não é simplesmente ou apenas deixar as crianças falarem; trata-se de explorar a contribuição única que as perspectivas das crianças podem proporcionar à nossa compreensão e teorização acerca do mundo social”* (JAMES, 2019, p. 221).

Pensando nisso, a autora discute alguns problemas presentes na pesquisa contemporânea sobre a infância. O primeiro diz respeito a questões de autenticidade, pois embora o novo paradigma dos estudos da infância defenda que se deve dar voz as crianças nas pesquisas o fato é que as crianças são, de alguma forma, ou incapazes ou impedidas de se pronunciarem, precisando de ajuda para tornar as suas vozes acessíveis ou evidentes. O modo como isso é feito gera uma questão epistemológica crítica que leva a outras discussões em torno dos problemas de tradução, interpretação e mediação. Diante disso James afirma que devemos atentar para *“os modos pelos quais os interesses das crianças são representados, por quem as suas vozes são representadas e com que objetivos”* (Ibidem, 2019, p. 222).

Outra delicada tarefa implica questionar a natureza da participação das crianças no processo de pesquisa, já que hoje a pesquisa é entendida como sendo realizada *com* crianças e não *sobre* crianças. Diante disso, cabe à pesquisa contemporânea da infância agora

muitas das críticas metodológicas produzidas dentro da Antropologia, e das Ciências Sociais, de modo mais amplo: ou seja, a conscientização dos diferenciais de poder envolvidos na relação pesquisador-pesquisado que tem incentivado uma maior politização do processo de pesquisa (JAMES, 2019, p. 223).

Sendo assim, precisamos estar atentos ao que Geertz chamou de “ventriloquismo” etnográfico, ou seja, *“a pretensão de falar não apenas sobre outra forma de vida, mas falar de dentro dela”* (GEERTZ, 1988, p. 145 apud JAMES, 2019, p. 224). A partir desta reflexão contida em Geertz, James trata da importância de explorar as perspectivas sociais das próprias crianças para se entender acerca da suas vidas cotidianas em diferentes contextos culturais, muitas vezes levando a relatos surpreendentes que desafiam muitas dos pressupostos tomados como verdadeiros sobre o que as crianças fazem ou pensam. Assim é que James chama a atenção para os problemas de autenticidade que foram destacados pelo debate da “cultura da escrita” dos anos de 1980. Ainda que as falas das crianças sejam autênticas

no sentido em que são um registro preciso do que as crianças disseram - as palavras e frases continuam sendo escolhidas pelo pesquisador e inseridas no texto para ilustrar um argumento ou sublinhar um ponto de vista. O ponto de vista apresentado é, portanto, a visão do autor, não a da criança. Além disso, o autor, inevitavelmente, encobre as vozes das crianças como parte do processo interpretativo (JAMES, 2019, p. 229).

Como escritores dos textos, são os adultos que mantêm o controle sobre que vozes das crianças são colocadas em destaque e sobre que partes do que as crianças têm a dizer devem ser apresentadas: é *“o etnógrafo que no final assume uma posição executiva e editorial”* (CLIFFORD, 1988: 51). Para James, dentro da própria Antropologia a questão da autoria e da autenticidade é reconhecida, embora não superada, mas quando se trata da pesquisa com crianças estas questões não são reconhecidas nem discutidas por antropólogos, que passaram a citar mais as vozes das crianças e seus pontos de vista tomando-os como verdade absoluta. Todavia, para a autora

No caso da pesquisa sobre a infância, a presença das suas múltiplas vozes no texto tem sido, talvez, menos sobre uma intenção de revelar a “produção colaborativa de conhecimento etnográfico” para deslocar a autoridade do escritor, como foi o caso dentro da Antropologia convencional (CLIFFORD, 1988: 50). Em vez disso, foi mais uma questão de simplesmente obter as vozes das crianças ouvidas em primeiro lugar (JAMES, 2019, p.230).

No entanto, agora que existe uma polifonia de vozes de crianças nos estudos de suas vidas cotidianas, estas vozes merecem uma atenção mais crítica. Afinal, como argumenta Clifford, *“as citações são sempre encenadas pelo autor do texto e tendem a servir apenas como exemplos para confirmar os testemunhos”* (CLIFFORD, 1988, p. 50). Ora, nós ouvimos as vozes das crianças, mas quem escreve somos nós. Toda pesquisa tem que ser reconhecida como um processo de representação, seja ela realizada por adultos ou por crianças. Consoante James, para os antropólogos, os dilemas levantados pelas políticas de representação já estão bem estudados, mas para os antropólogos da infância, estes ainda precisam ser articulados de maneira mais efetiva, dado o poder retórico que a “voz da criança” exerce (JAMES, 2019).

Com base nisso, ressaltamos a necessidade de tratar a voz das crianças criticamente. Não desejamos torná-la mais real ou menos problemática e conflituosa do que a voz de qualquer sujeito da pesquisa. Se de um lado, há um total silenciamento das vozes das crianças, de outro não propomos incluir as vozes das crianças tratando-as como verdades absolutas. Desejamos ouvi-las criticamente, como a qualquer outro interlocutor em campo, dialogando com as crianças sobre suas próprias concepções, como fazemos com os adultos.

## **A pesquisa e a construção do texto com as crianças Capuxu: dois processos inseparáveis**

Inspirada na proposta de Geertz (1989) de fazer etnografia, Sousa (2017) compôs etnografias diversas sobre e com as crianças Capuxu, buscando apreender o ponto de vista das crianças e compreendê-las em suas ações, discursos e representações. Para isso, viveu entre elas em períodos de tempo diversos, em inúmeros episódios ao longo destes vinte anos. Adaptou técnicas e instrumentos para pesquisa com crianças, explorando sua criatividade e imaginação (Sousa, 2015), fazendo uso de instrumentos como gravadores, máquinas fotográficas, cadernos e diários de campo, e de técnicas como as conversas informais, a observação direta e participante e a produção de desenhos.

Tendo chegado a Santana-Queimadas do povo Capuxu, em Santa Terezinha na Paraíba, desenvolvendo um projeto sobre juventude rural, Sousa (2017) narra que as crianças vinham até ela sem muita cerimônia e a cercavam curiosas. Suas mães e os adultos em geral, lhes mandavam levá-la de um lugar ao outro, sendo guias e apresentando a pesquisadora, quando necessário, aos demais adultos e crianças da comunidade. Nestes trajetos, as crianças falam da vida no lugar, das pessoas, dos animais, da seca, do açude quando sangrou a última vez, do nome do bezerrinho novo que nasceu, do cachorro de Zezito, da doença de tio Dão, da festa da padroeira, sempre coisas curiosas e divertidas, apesar de pouco importantes para a pesquisa. Enquanto entrevistava ou apenas conversava com os jovens pelas calçadas e roçados, ou por

qualquer outro lugar, a autora relata que as crianças sempre apareciam “atrapalhando” as conversas, causando ruídos nas gravações, tentando chamar a atenção com as suas brincadeiras, barulhos, sorrisos e piadas. Foi neste contexto que Sousa (2017) passou a se interessar pelas crianças Capuxu e foi pouco a pouco se voltando para elas, o que diziam, o que pensavam, o que sabiam sobre a vida naquele lugar. Ao retornar, três anos depois, já no mestrado, a pesquisadora apresentou aos adultos um projeto para analisar a infância Capuxu que foi bem recebido pela comunidade.

Durante a pesquisa, Sousa (2017) afirma nunca ter precisado que os adultos intermediassem a relação, bastava “estar lá” – *being there* nos termos de Geertz (2005)-, em Santana-Queimadas, andando pelas suas estradas e atalhos, pelos roçados, tomando banho nos rios, sentada nas calçadas com os mais velhos, as crianças sempre a encontravam, se aproximavam e teciam com ela as suas próprias relações e ao seu modo. Sousa alega ter adentrado na comunidade através dos adultos, expondo primeiro para estes seus objetivos, explicando para eles a pesquisa e, tudo entendido, tratou, ela mesma, de construir com as crianças a relação de confiança que já havia estabelecido com os adultos desde a primeira experiência lá. Os adultos Capuxu também não se deram ao trabalho de intermediar sua relação com as crianças ou envolver a pesquisadora em atividades com as crianças, deixando-a no melhor estilo “faça você mesma”, livre para percorrer os espaços e construir as suas relações com as crianças. Essa é uma das características da pesquisa de campo na antropologia, as negociações são feitas no campo, e sem a aceitação do povo ou da comunidade não há pesquisa, sendo esta aceitação condição primeira para o trabalho. Sousa deu as mãos às crianças e, junto com elas, construiu o trabalho de campo.

Antes que a dissertação ficasse pronta Sousa (*Ibidem*) recebia dos Capuxu perguntas constantes sobre quando o seu trabalho ficaria pronto, se elas apareceriam nas fotos que a pesquisadora havia retirado, se iria aparecer a frase de Denise de que todos riram naquela manhã de sábado na casa de Chico Miguel, e em último caso, a própria Denise lhe perguntou: “como vão saber que sou eu?”. As interrogações das crianças Capuxu cada vez que Sousa as visitava, colocavam para a antropóloga inúmeras questões sobre a participação delas na pesquisa e o desejo de reconhecimento do seu trabalho. No final, os adultos receberam a versão da dissertação, imprimiram fotos, revelaram algumas das que lhes foram dadas, fizeram circular as imagens das crianças e do Sítio, buscaram os nomes de seus filhos no texto e guardaram com orgulho o trabalho sobre as crianças Capuxu.

Ao voltar ao povo Capuxu para produzir a tese de doutorado sob novos aspectos da infância, a experiência da antropóloga com as crianças não foi muito diferente. Todos esperaram ansiosos pelo resultado da pesquisa, as fotos das crianças, os desenhos e as histórias que a pesquisadora contaria que lhes tinham sido contadas por elas mesmas. Por esta razão, a etnografia, esse empreendimento que Sousa (2017) construiu junto às crianças Capuxu, apresenta desde a sua primeira versão, no mestrado, os seus nomes reais, suas fotografias sem cortes ou borrões, evidenciando olhos e sorrisos, suas vozes e histórias. Tamanho seria o desapontamento das crianças Capuxu caso não se encontrassem nestes trabalhos. Neste sentido, orgulhosas de sua contribuição intelectual, de terem explicado seu universo para a pesquisadora, alguém que se dispunha a ouvi-las dia e noite e a estar com elas demonstrando interesse, não encontrar seus nomes reais, suas fotografias ou seus desenhos no trabalho final pareceria alta traição. Para Sousa seria como se apropriar do esforço de outrem, construir um conhecimento com a ajuda das crianças, incluí-las em todo o processo de pesquisa e as excluir do texto final. Afinal, de que é feita a etnografia se não do esforço metodológico do campo somado a descrição densa (GEERTZ, 1989) que comporá o texto final?

Nós sabemos que só existe uma etnografia se houver um texto, embora ela seja um método de pesquisa, é um método cuja peculiaridade está no fato de que, ao mesmo tempo em que a etnografia se faz em campo, ela se faz também em nossos gabinetes e bibliotecas, quando traduzimos os sentidos descobertos com o outro para o texto. Ora, se a realidade é uma construção derivada do encontro do pesquisador e o seu sujeito da pesquisa, como construir textos que resultam desta construção, mais polifônicos, valorizando esta construção mútua, considerando nossos interlocutores como co-autores deste texto? Do campo ao texto

há um longo percurso a ser percorrido, mas não importa o quanto nos empenhemos na produção deste texto, ele não seria viável se não levássemos a sério os dados produzidos com as crianças.

Revela Sousa em um fragmento do seu diário:

Penso sobre as discussões sobre ética na pesquisa com crianças que nos orientam a não colocar seus nomes, nem suas fotografias e, no caso de colocá-las, borrar-lhe os rostos para que se tornem irreconhecíveis, ou mesmo sobre as discussões se podemos ou não publicar os desenhos das crianças, ou ainda, sobre Termos de Consentimento Livre Esclarecido a serem assinados pelos adultos que nos permitam pesquisar com crianças e publicar estes dados com elas construídos e só consigo analisar que o processo entre os Capuxu foi inverso, eles quase me fazem assinar termos de garantia de que os seus desenhos feitos com tanto esmero apareceriam no trabalho, o mesmo para todos os momentos em que eu os havia fotografado e para os seus nomes reais. Aliás, diziam os menores não alfabetizados que estavam “loucos para aprender a ler, para ler nossos nomes no trabalho, mas só no ano que vem” (Fragmento de Diário de Campo de Sousa, Julho de 2005).

Por isso, Sousa (2017) apresenta etnografias produzidas não apenas *sobre* e *com* crianças, mas *para* crianças, no sentido que elas estão interessadas no produto final, em ter em suas casas os desenhos que fez, as fotografias dos momentos com os amigos, os desenhos do Sítio, as histórias de malassombro que narraram. Para isso, os seus nomes são conservados, seus apelidos são agregados - razão da diversão das crianças - as fotos os revelam e identificam em legendas. Os diálogos descritos por Sousa (2004, 2017) trazem os nomes reais. No caso da tese a importância dos nomes das crianças, seus apelidos e até os nomes que elas atribuíam aos bichos de estimação foi fundamental, uma vez que a gestão onomástica fazia parte dos interesses de pesquisa. Seus desenhos são expostos com os seus nomes e idades, e quando da devolução da tese na comunidade, a autora conta que elas procuravam localizar os seus desenhos, até que um deles gritou num misto de orgulho e espanto: “o meu está na capa!”.

Não há aqui a ingenuidade de afirmar que estes textos sejam exclusivamente para crianças, nem tampouco acreditar que elas lerão tudo ou entenderão tudo o que compõe o texto, certamente que não. Somos conscientes de que, em geral, nem todos os adultos da comunidade se dispõem a ler textos antropológicos, dissertações e teses sobre eles, com seus capítulos teóricos e metodológicos e suas escritas e reflexões que só interessam mesmo aos nossos pares. Assim, conta Sousa, ao chegar alguns anos depois ao Sítio Santana-Queimadas, e entrar numa das casas para visitar a família, questionou se eles haviam recebido o trabalho final que ela havia encaminhado por alguém da comunidade:

a mãe de Wendel virou em sua direção: “pega lá, Wendel, o trabalho”, ele foi saindo da cozinha olhando para atrás com um sorriso e um gesto nas mãos que me convidava a acompanhá-lo, e lá no seu quarto, abriu uma gaveta torta de uma cômoda velha onde estavam as suas avaliações escolares de alguns anos e junto delas, a minha dissertação (Fragmento de diário de campo de Sousa, julho de 2005).

Este fragmento nos remete a importância da devolução dos achados da pesquisa a que se dedicou Kramer (2002). Não voltar a comunidade para apresentar o produto final ou as descobertas da pesquisa com ela produzida, seria de longe, uma espécie de ingratidão intelectual, ou de falta de respeito e consideração com aqueles que dedicaram tanto do seu tempo e dos

seus conhecimentos para compartilhá-los conosco. E, como vimos, até a devolução do trabalho pode se tornar objeto de análise sobre as relações que estabelecemos com os nossos interlocutores, reveladoras do quanto o nosso trabalho foi aprovado ou não pela comunidade, o quanto a própria comunidade entende que ele é um produto de esforços coletivos não apenas do pesquisador, mas de todos os sujeitos envolvidos (PAULA, 2012). Além do mais, a devolução dos trabalhos é um dos mais importantes consensos éticos da nossa profissão.

Por tudo isso, consideramos que a confiança está na base da relação que se estabelece com as crianças. Os nossos interlocutores confiarem em nós é tão importante para o trabalho quanto o fato de que nós precisamos confiar neles. E essa relação não se cumprirá se os omitimos no texto final. Perguntamo-nos se nós acreditamos mesmo que uma palavra de agradecimento em uma página que antecede aquelas 300 ou 400 outras que constituem o *corpus* do trabalho seria o suficiente a ponto de depois de uma dedicatória ou um agradecimento, por mais longo que seja, sigamos construindo textos que desconsiderem seus interesses.

Inúmeras situações em campo revelam a relação de confiança construída entre Sousa (2015) e as crianças, como quando Ilane, na época com 4 anos, lhe perguntou: “Você quer ser minha melhor amiga?”. A pergunta de Ilane revela a possibilidade da amizade entre a pesquisadora-adulta e a criança, uma relação estabelecida na confiança que se inicia em campo, durante a pesquisa, mas deve prevalecer durante e após a construção do texto, como se pressupõe por “melhores amigas”, por toda a vida. Também em outras situações como no diálogo que Sousa estabelece com Daniela e Denise, irmãs de 5 e 4 anos, discute-se sobre o papel dos interlocutores, sujeitos da pesquisa, no trabalho de campo.

Ilane: Eu quero ser a secretária.

Pesquisadora: Tá bom você pode ser a secretária.

Denise: E eu sou a professora.

Pesquisadora: Mas na pesquisa não tem professora.

Denise: Eu vou ser quem?

Pesquisadora: Você vai ser você.

Denise: Tá, mas eu sou vou ser eu se eu puder escrever no seu caderno.

(Fragmento de Diário de Campo de Sousa, abril de 2003).

Assim, as crianças Capuxu definem as regras de sua participação na pesquisa, buscam cumprir e ocupar funções que consideram importantes, demandam utilizar os instrumentos da pesquisadora e até dar ordens para que o trabalho flua. Também se preocupavam em saber a ordem de importância de tudo o que era observado por Sousa. Qualquer interesse comum da pesquisadora por algum acontecimento – a vaca que caiu de sede e fome, o bezerrinho que nasceu, alguém que se acidentou de moto que a antropóloga desejasse ir ver ou perguntasse a respeito gerava uma indagação: “vai entrar no livro?”. A partir disso, Sousa (2017) passa a decidir com as crianças, sempre ouvindo-as a respeito do que deveria ou não compor o texto, sem muita concordância em alguns momentos, mas sempre chegando a um consenso se não sobre como, mas pelo menos sobre por quê tal acontecimento figuraria no livro.

Ora, se por um lado em alguns momentos as crianças colocam a mão no texto com a pesquisadora, por outro lado, confidências e segredos foram retidos porque embora ajudassem a revelar aspectos importantes sobre o povo Capuxu não poderiam ser compartilhados. Como nos ensina Pires

Sejam éticos, nem tudo que lhe dizem deve ser divulgado ou publicado. Às vezes, se diz ao antropólogo o que se diz ao confessor. Que antropólogo não tem no baú da memória histórias guardadas a sete chaves? Nos foi dito para ser publicizado ou foi nos dito como desabafo? Cada caso é um caso (PIRES, 2011 p. 145)

Também Sousa observa que os adultos orientavam sobre as coisas que podiam ou não serem ditas a pesquisadora, o que nem sempre as crianças obedeciam, cabendo a antropóloga ponderar sobre os riscos e as conseqüências do que lhe fora dito e daquilo que pretendia dizer. Neste sentido, existem limites éticos em todas as pesquisas, assim como acordos e negociações sobre o que pode e não pode ser visto, ouvido ou dito. Aquilo que as crianças contavam em segredo, fora mantido por Sousa (2017) em segredo.

Ferreira (2010) trata da importância de obter a permissão das crianças de um modo compreensivo e contextualizado ao longo da pesquisa. Isto porque, é possível que sujeitos de uma pesquisa comecem encantados pela possibilidade de participação em tal empreendimento e do meio para o fim do processo se sintam entediados, cansados e desinteressados. O contrário também é possível. Foi isso que ocorreu a Sousa (2015) na busca incessante pelo interesse de seu suposto informante mais qualificado: Ítalo, um menino de cinco anos à época. Sousa (2015) conta como Ítalo exercia uma espécie de liderança entre as crianças, nos jogos e brincadeiras, dominando as regras e estipulando-as, mas possuía aversão pela pesquisadora recém-chegada. Depois de um encontro curioso em que Sousa (2015) utilizou a artimanha de reconhecer Ítalo em suas invenções, considerando o faz de conta e a criatividade da criança – questionando-lhe sobre a hora em um relógio de pulso desenhado de caneta azul – o abismo que separava Ítalo da pesquisadora se dissipou. Provavelmente o que incomodava Ítalo era a relação complexa que se estabelece no binômio adulto-criança (FERNANDES, 2016). Aquela adulta, pesquisadora, que nada sabia sobre os brinquedos, o brincar e as brincadeiras no Sítio conseguia ganhar a atenção das crianças, o que para ele não parecia justo. O “poder” da antropóloga sobre as demais crianças aborrecia Ítalo até o momento em que ela demonstrou a ele que estava disposta a respeitar as regras das crianças, seus modos de ler e lidar com o mundo. Ora, o mais interessante neste caso é que a não-aceitação da pesquisadora por Ítalo foi revertido ao longo do processo. O não-consentimento dele ou a recusa em falar ou participar de quaisquer atividades da pesquisa transformou-se, não apenas numa aceitação explícita da pesquisa, mas o menino de cinco anos tornou-se o informante qualificado de Sousa (2015)<sup>3</sup>.

Mas uma importante reflexão diz respeito ao fato do antropólogo que pesquisa com crianças se sentir responsável durante a pesquisa por sua segurança, especialmente se isso ocorre em ambiente controlado. Mas quando a investigação ocorre em suas comunidades, fora de salas de aula ou dos grupos focais, o fato de estar entre elas e imersa em seu cotidiano não traz preocupações ao antropólogo em relação a sua segurança ou de estar tomando o seu tempo, o que geraria preocupações ainda maiores do que as já existentes com o andamento do processo da pesquisa. Nesse sentido, a etnografia parece o melhor método exatamente porque nos insere no universo delas, sob o olhar dos pais e responsáveis, ou seja, em sua zona de conforto, na segurança de seus lares. Em campo Sousa (2004) afirma não ter se sentido responsável pelas crianças, sendo possível deixar que ao se instalarem conflitos, as próprias crianças resolvessem esses conflitos através de negociações próprias, sem o intermédio da pesquisadora.

## Considerações Finais

Neste artigo, dedicamo-nos a tratar do manejo e publicação dos conteúdos produzidos no campo durante as pesquisas com crianças. Nesse escopo, defendemos que as pesqui-

<sup>3</sup> Esta situação experienciada por Sousa nos remete a duas outras leituras possíveis. Primeiro, a discussão do controle das impressões de Berreman (1998), para quem não somos nós, os pesquisadores, que controlamos os sujeitos, são eles que nos controlam. Afinal, foi Ítalo, no auge dos seus cinco anos, quem estabeleceu as regras do jogo da pesquisa. Manteve-se arredo, recusou participação e disputou com a pesquisadora a atenção das demais crianças Capuxu. E só cedeu a pesquisa, disponibilizando o rico rol de informações que possuía, quando avaliou que a pesquisadora era digna e merecia sua contribuição. A outra leitura remete à antropologia reversa de Roy Wagner (2010) para quem também são importantes as representações que os nossos interlocutores constroem sobre nós, os pesquisadores. Certamente, a recusa de Ítalo deve ter a ver com o modo como ele via a pesquisadora, tentando ser o centro das atenções das crianças, envolvê-las em suas atividades de pesquisa, ouvir delas as explicações para tudo, uma espécie de nova líder, a função que Ítalo desenvolvia tão bem, até a chegada da antropóloga.

sas com crianças devem considerar novas possibilidades de ascender metodologicamente às crianças, como informantes, o que implica mobilizar novos posicionamentos metodológicos e éticos respeitadores das especificidades de que se reveste a investigação com esse grupo.

É preciso, para tanto, considerar que não há uma infância homogênea, mas sim uma diversidade de infâncias; que não há métodos de investigação indiferenciados à disposição para serem aplicados às crianças, mas que há uma heterogeneidade de possibilidades metodológicas na investigação com crianças. E, principalmente, que não há código de ética comum aplicável a todos os contextos, mas sim que as relações éticas são construídas e reconstruídas em cada contexto, considerando sua particularidade e complexidade. Isto porque a ética está intrinsecamente relacionada as relações entre o pesquisador e as crianças e aos modos como estes se vêem em campo.

Para que isso esteja devidamente esclarecido, precisamos preocuparmo-nos tanto com os processos de pesquisa quanto com os produtos, para que ambos não sejam guiados por regras previamente estabelecidas construídas pelos pesquisadores adultos em resposta aos comitês de ética, mas que considere a relação dialógica entre o pesquisador e as crianças. Não negamos com isso a importância dos princípios e códigos éticos, mas entendemos que estes não são suficientes para abarcar todas as complexidades com que o investigador se confronta no campo.

Por outro lado, vencidos os problemas éticos que podem aparecer no campo, deparamo-nos com os problemas derivados da produção do texto, ou dos modos de inserir as múltiplas vozes das crianças ouvidas em campo em nossos produtos finais, sob pena, afinal, de alimentarmos uma invisibilidade epistemológica da criança nos textos, colocando a perder todo o esforço feito em campo.

Assim, é preciso um esforço para, conscientes de que o texto é produzido não em campo, mas em outros espaços, por adultos e para adultos, não invalidarmos a presença das crianças neste, omitindo suas identidades, negando a sua contribuição, silenciando as suas vozes, embaçando os seus rostos, modificando os seus nomes enquanto, nos agradecimentos e dedicatórias, “agradecemos as crianças pelas importantes contribuições que nos deram, sem as quais tal texto não seria possível”. Embora ele se faça possível, exatamente assim, sem nomes reais, sem rostos reais, mas com uma contribuição inestimável que se perdeu no fio da tessitura que deveria unir o campo ao texto.

## Referências

ALDERSON, Priscilla. 2005. As crianças como pesquisadoras: os efeitos dos direitos de participação sobre a metodologia de pesquisa. **Educ. Soc.**, Campinas, vol. 26, n. 91, p. 419-442, Maio/Ago.

BARBOSA, Maria Carmen Silveira. A ética na pesquisa etnográfica com crianças: primeiras problematizações. **Práxis Educativa**, Ponta Grossa, v. 9, n. 1, p. 235-245, jan./jun. 2014.

BERREMAN, G. 1998. **Etnografia e controle de impressões numa aldeia dos Himalaia**. In: GUIMARÃES, Alba Zaluar. (Org.) *Desvendando Máscaras Sociais*. 2ª edição. Rio de Janeiro: Livraria Francisco Alves Editora.

CLIFFORD, James. Sobre autoridade etnográfica, In: **A experiência etnográfica: antropologia e literatura no século XX**. Rio de Janeiro: UFRJ, 2002. (p. 17-62).

CHRISTENSEN, Pia & JAMES, Allison. 2008 [2000]. **Research with children**. Perspectives and Practices. New York, Routledge.

CUNHA, Sandra Mara da. Pesquisa com crianças: implicações teóricas, éticas e metodológicas. **Anais do 6º Congresso Ibero-Americano de Investigação Qualitativa de Ciências Sociais**, 2017.

FERNANDES, Natália. Ética na pesquisa com crianças: ausências e desafios. **Revista Brasilei-**



**ra de Educação.** v. 21 n. 66 jul.-set./ 2016. Disponível em <http://www.scielo.br/pdf/rbedu/v21n66/1413-2478-rbedu-21-66-0759.pdf>

FERREIRA, Manuela. “-Ela é nossa prisioneira!” – questões teóricas, epistemológicas e ético-metodológicas a propósito dos processos de obtenção da permissão das crianças pequenas numa pesquisa etnográfica. **Revista Reflexão e Ação.** Santa Cruz do Sul, v.18, n2, p.151-182, jul./dez./2010. Disponível em <https://online.unisc.br/seer/index.php/reflex/article/view/1524/1932>

FRANCISCO, Deise Juliana; BITTENCOURT, Ivanise. Ética em pesquisa com crianças: problematizações sobre termo de assentimento. **II Simpósio Luso-Brasileiro em estudos da Criança: pesquisa com crianças: desafios éticos e metodológicos.** Disponível em <http://paginas.urisan-tiago.br/userfiles/Termo%20Assentimento.pdf>

GUEDES, Maristela. **Educação em terreiros e como a escola se relaciona com crianças que praticam candomblé.** Tese de doutorado defendida no Programa de Pós-Graduação em Educação, na PUC/RIO Rio de Janeiro, 2005. 270 f.

GEERTZ, Clifford. Estar lá: a antropologia no cenário da escrita. In: **Obras e vidas: o antropólogo como autor.** Rio de Janeiro: Editora da UFRJ, 2005.

\_\_\_\_\_. Uma descrição densa: por uma Teoria Interpretativa da Cultura. **A Interpretação das Culturas.** Rio de Janeiro: LTC, 1989. Pp. 3-21

KRAMER, Sônia. Autoria e Autorização: questões éticas nas pesquisas com crianças. **Cadernos de Pesquisa,** n. 116, p. 41-59, julho/ 2002.

JAMES, Allison. Dando voz às vozes das crianças: práticas e problemas, armadilhas e potenciais. Dossiê Etnografia e Infância, **Revista Zero a Seis,** v. 21, n. 40, pp. 219-248, set./dez. de 2019.

JAMES, Allison.; PROUT, Alan. (orgs.). **Constructing and reconstructing childhood.** Contemporary issues in the sociological study of childhood. Basingstoke: Qe Falmer Press,1990. 248p.

PRADO, Renata Costa Lago, FREITAS, Marcos Cezar de. Concepções de infância, ética e vulnerabilidade na pesquisa com crianças. In: FONSECA, Cláudia; MEDAETS, Chantal & RIBEIRO, Fernanda Bittencourt (Orgs.). **Pesquisas sobre família e infância no mundo contemporâneo.** Porto Alegre: Editora Sulina, 2018.

PAULA, Maria Esperança de. **O processo e o produto da pesquisa:** a negociação do texto de pesquisa com as crianças. In PEREIRA, Rita M. Ribes & MACEDO, Nélia M. Rezende (Orgs.). **Infância em Pesquisa.** Rio de Janeiro, Nau, 2012.

PEREZ, Léa Freitas. **Viagens textuais: da escritura da experiência na experiência da escritura.** 1. ed. Porto Alegre: Medianiz, 2016. v. 1. 256p.

PIRES, Flávia F. & SANTOS, Patrícia O. S. dos. O uso de grupos focais na pesquisa etnográfica com crianças. Dossiê Etnografia e Infância, **Revista Zero a Seis,** v. 21, n. 40, pp. 318-342, set./dez. de 2019.

\_\_\_\_\_. Roteiro sentimental para o trabalho de campo. **Cadernos De Campo** (São Paulo 1991), 20(20), 143-148, 2011.

SILVA, Antônio Luiz da. Aspectos éticos na pesquisa etnográfica que incluiu crianças: reflexões oriundas de Catingueira – PB. **C&D - Revista Eletrônica da FAINOR,** Vitória da Conquista, v.11,

n.3, p.653-671, set./dez. 2018.

SOUSA, E. L. **“Que trabalhaiis como se brincásseis”:** trabalho e ludicidade da infância Capuxu. Campina Grande, 239p. Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Sociologia. Universidade Federal da Paraíba, 2004.

\_\_\_\_\_. As crianças e a etnografia: criatividade e imaginação na pesquisa de campo com crianças. **Iluminuras**, Porto Alegre, v. 16, n. 38, p.140-164, jan./jul. 2015.

\_\_\_\_\_. **Umbigos enterrados: corpo, pessoa e identidade Capuxu através da infância.** Coleção Brasil Plural/Instituto Brasil Plural-IBP. Florianópolis: EDUFSC, 2017.

WAGNER, Roy. **A invenção da cultura.** São Paulo: Cosac Naify, 2010.

Recebido em 30 de novembro de 2019.

Aceito em 15 de dezembro de 2020.